

# Ata de Reunião - 2 de maio de 2005

por Cep — publicado 03/05/2005 00h00, última modificação 11/12/2014 14h09

## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 2 DE MAIO DE 2005

Local: Palácio do Planalto, Anexo II-B, sala 202, Brasília, DF

Presentes:

Cármem Lúcia Antunes Rocha  
Fernando Neves da Silva  
Marcílio Marques Moreira

Ausentes, justificadamente:

Antoninho Marmo Trevisan  
João Camilo Penna  
Maria Victoria de Mesquita Benevides Soares

1. Fernando Neves justificou a ausência de Antoninho Trevisan, João Camilo Penna e Maria Victoria Benevides, esclarecendo que Trevisan encaminhou para exame na reunião sua exposição a propósito da denúncia contra o presidente do IBGE e cópia do Código de Ética da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - Apimec, conforme informado em reunião anterior. Em seguida, passou ao exame da ata da reunião realizada em 18.4.2005, encaminhada a todos, que foi aprovada.

2. Não havendo questões de ordem por parte dos conselheiros, procedeu-se ao exame da ordem do dia:

2.1 O Secretário Executivo da Comissão informou que foram tomadas as seguintes providências, em cumprimento às deliberações da reunião anterior:

2.1.1 Encaminhamento à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil - SAG/CC e Controladoria Geral da União - CGU do parecer relativo à proposta de anteprojeto de lei sobre conflito de interesses;

2.1.2 Incorporação ao plano de trabalho da Comissão de Ética Pública - CEP de estudo de medidas objetivas para ampliar e reforçar os mecanismos de monitoramento das normas de conduta, tanto por parte da CEP, quanto das comissões setoriais de que trata o Decreto 1171/94;

2.1.3 Encaminhamento ao Ministro da Justiça e Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça do parecer referente à denúncia de nepotismo;

2.1.4 Divulgação da nota de esclarecimento da CEP a propósito do seu entendimento sobre a nomeação de cônjuges de ministros para funções no Poder Executivo Federal;

2.1.5 Encaminhamento para o Ministro da Cultura das deliberações da Comissão quando da audiência ao ministro Gilberto Gil.

2.1.6 Elaboração de minuta de resolução aprovando o modelo revisado de Declaração Confidencial de Informações - DCI;

2.1.7 Resposta à consulta do Ministro das Comunicações sobre sua participação em evento promovido pela Microsoft;

2.1.8 Expedição de convite ao ministro Romero Jucá para participar da reunião da CEP de 2.5.2005.

2.2 ANCINE – O superintendente da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, Jom Tob Azulay, foi recebido e apresentou considerações sobre o resultado da consulta encaminhada pela Comissão

de Ética daquela Agência, a propósito de óbices para que o mesmo atuasse como diretor em documentário financiado pelo BNDES, manifestando sua intenção de pedir reconsideração. O Presidente agradeceu a presença do interessado e informou que a Comissão aguardará a formalização do pedido de reconsideração, no qual deverão ser deduzidas as considerações apresentadas e outras que se entenda convenientes.

2.3 Ministério da Previdência Social - Fernando Neves transmitiu aos presentes cópia do Ofício 172, de 28.4.2005, através do qual o chefe de gabinete do ministro Romero Jucá informa da impossibilidade de o ministro comparecer à reunião, em virtude de o mesmo se encontrar em Boa Vista, tratando de assuntos relacionados com a homologação da demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol e, principalmente, pelo fato de a Varig ter modificado o horário e o itinerário do vôo no trecho Boa Vista/Brasília, no dia 2.5.2005. Decidiram os presentes, ouvidos os conselheiros ausentes, receber o ministro em reunião extraordinária no dia 10.5.2005, às 11h30min, em Brasília.

2.4 CADE – Fernando Neves, que havia pedido vista do pedido de reconsideração do conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Roberto Pfeiffer, pôs-se de acordo com o voto do relator, Marcílio Moreira, que já havia sido acompanhado pelos demais membros da Comissão, no sentido de indeferir a pretensão.

2.5 SEAP – No que se refere à denúncia relativa à Secretaria de Aquicultura e Pesca, o presidente da Comissão determinou que seja esclarecido à SEAP que a manifestação deve ser assinada pela autoridade requerida, no caso o próprio secretário especial. Regularizada a manifestação, o caso será encaminhado ao relator Antoninho Trevisan.

2.6 IBGE – O Secretário Executivo Mauro Bogéa apresentou, a pedido de Antoninho Trevisan, ausente por motivo justificado, a exposição a propósito de denúncia contra o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Eduardo Nunes, por fatos capitulados nas leis 8.429/92 e 8.112/90, na Resolução Interpretativa CEP nº 8 e na Instrução Normativa nº 9, da Secretaria de Administração Federal, de 26.08.94, esta sobre uso de veículos oficiais. Examinando os aspectos estritamente éticos relacionados à conduta da autoridade após a posse no cargo que a vinculou às normas do Código de Conduta da Alta Administração Federal - por não caber à Comissão de Ética Pública a apuração de denúncias que possam representar dano ao Erário, cópia da mesma denúncia já foi encaminhada à Controladoria-Geral da União -, propôs Antoninho Trevisan, considerando os esclarecimentos prestados pelo presidente do IBGE, recomendar-lhe que: a) enquanto na presidência do IBGE persista na não prestação de atividade de consultoria, em vista do que dispõe a letra “d” do item 1 da Resolução nº 8; b) não utilize os meios postos à sua disposição em função do cargo para apoiar o exercício da atividade de docente, ainda que em escala marginal; c) proceda a devolução de eventuais ajudas de transporte, se recebidas, quando tiver se utilizado de veículo oficial para transporte a local de embarque e desembarque, até o local de trabalho ou de hospedagem. Os presentes manifestaram-se de acordo, aprovando o encaminhamento das conclusões para a CGU .

2.7 DCI – a) Os presentes aprovaram a proposta de resolução e o novo modelo de declaração confidencial de informações, que passa a especificar um conjunto de perguntas para facilitar a identificação de situações que suscitem conflitos de interesses; b) O secretário executivo apresentou os informes analítico e sintético das declarações apresentadas no período. Foi identificada, na relação de omissos, a diretora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Ariane Luna Peixoto, cuja situação deve ser comunicada à presidência da entidade, com cópia para a Casa Civil, pois a não apresentação da DCI configura descumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal.

2.8 Seminário Ética na Gestão/ VI Encontro de Representantes Setoriais da CEP – Os conselheiros recomendaram ao secretário executivo da Comissão que faça contemplar na proposta de agenda do seminário, previsto para 17 e 18.11.2005, em Brasília, além dos temas vinculados à cooperação em gestão da ética, a questão do conflito de interesses, matéria de interesse geral e que requer continuidade no processo de amadurecimento, discussão e troca de experiências.

2.9 Revisão do PPA – O secretário executivo da Comissão prestou informe sobre a avaliação e revisão do programa 1143 do Plano Plurianual - PPA, de Promoção da Ética Pública. Como problemas observados, registrou: a) foco na alta administração, com impacto apenas indireto sobre a conduta dos demais servidores e empregados públicos, com conseqüente falta de escala das ações previstas; b) baixa execução em 2004, pela não implementação de ações previstas, como o projeto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, a pesquisa de valores

éticos e a sistematização da avaliação das entidades mais suscetíveis a desvios éticos; c) contingenciamento dos recursos orçamentários em 2005, que garantiram apenas R\$ 180 mil, até agosto, e R\$ 280 mil, até dezembro, dos R\$ 700 mil previstos para o ano. Considerou que para ter impacto relevante sobre o padrão ético da administração pública deve ser examinada a conveniência de ampliar as ações. O presidente da Comissão propôs, e todos aprovaram, submeter a matéria ao exame da Casa Civil da Presidência da República, responsável pela coordenação das ações governamentais.

2.10 Cursos ENAP/ESAF – Fernando Neves distribuiu a síntese dos projetos de capacitação em gestão da ética e de avaliadores da ética, que serão desenvolvidos em parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e Escola de Administração Fazendária - ESAF, respectivamente, solicitando que todos os membros, especialmente as professoras Cármen Lúcia Rocha e Maria Victoria Benevides, apresentassem suas contribuições.

2.11 MinC – a) Os presentes examinaram expediente recebido do Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura - MinC, Sérgio Mamberti, informando que aceitou convite para participar como ator em novela, antes mesmo de ouvida a Comissão. Os presentes consideraram o fato grave e o presidente da Comissão determinou que seja informado ao secretário do MinC que o assunto será prontamente distribuído a um dos membros, para análise imediata. Como relatora do caso indicou Maria Victoria Benevides.

2.12 A proposta de decreto consolidando normas de conduta e atribuições dos representantes setoriais da Comissão de Ética Pública da Presidência permanece sob exame dos conselheiros Cármen Lúcia Rocha e Fernando Neves. Após concluída, a proposta deverá ser encaminhada para exame da Casa Civil.

3. Cumprida a pauta, foi encerrada a reunião, ficando confirmada reunião extraordinária para o dia 10.5.2005 e a próxima reunião ordinária para 2.6.2005, ambas em Brasília.

Mauro Bogéa

Secretário